



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. Informações Básicas

1.1. Processo Digital nº 1858/2026

1.2. Objeto

Contratação de Empresa Especializada em Serviços Integrados em Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho – SST

2. Designação da Equipe de Elaboração

Servidor: Alan Luiz Griebeler

Designação: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Servidor: Sandro José Morló

Designação: Técnico em Segurança do Trabalho

3. Fundamentação Legal

A presente contratação fundamenta-se:

- **Lei Federal nº 14.133/2021** – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- **Decreto Municipal nº 95/2023** – Elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP.
- **Decreto Municipal nº 96/2023** – Procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços.
- **Decreto Municipal nº 107/2023** – Regulamenta, no âmbito municipal, as sanções administrativas.
- **Decreto Municipal nº 91/2023** – Funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, da atuação da advocacia pública e do controle interno nas licitações e contratações, no âmbito da administração pública municipal.
- **Portaria Municipal nº 030/2025** – Nomeação de fiscais e gestores.





- **Lei Municipal nº 1229/2025** - Institui a Política Municipal de Compras Públicas do Município de Sulina e institui o “**Programa Compras Municipais**”, para fins de operacionalização da referida Política Municipal.
- **Decreto Municipal nº 98/2025** - Regulamenta o “Programa Compras Municipais”, referente a Política Municipal de Compras Públicas do Município de Sulina e dispõe sobre a elaboração e divulgação do Plano de Contratações Anual, para fins de concretização do referido programa.
- **Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)**, especialmente aquelas aplicáveis à gestão de Saúde e Segurança do Trabalho, tais como NR-01 (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais), NR-07 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), NR-15 (Atividades e Operações Insalubres), dentre outras pertinentes.

4. Descrição da Necessidade e Justificativa

A contratação de empresa especializada em serviços de medicina e segurança do trabalho justifica-se pela necessidade de atendimento integral às exigências legais impostas à Administração Pública, especialmente aquelas decorrentes das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com destaque para a NR-01 (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais), NR-07 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO), NR-15 (Atividades e Operações Insalubres), NR-16 (Atividades e Operações Perigosas) e NR-17 (Ergonomia), as quais estabelecem obrigações contínuas de identificação, avaliação, controle e monitoramento dos riscos ocupacionais. Tais normativas exigem a elaboração, implementação e atualização permanente de programas e documentos técnicos obrigatórios, como o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), o PCMSO, o Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), laudos de insalubridade e periculosidade, bem como a Análise Ergonômica do Trabalho (AET), sendo imprescindível a atuação de equipe técnica multiprofissional legalmente habilitada para assegurar a validade jurídica e a eficácia desses instrumentos.

Além disso, a obrigatoriedade de prestação de informações relativas à Saúde e Segurança do Trabalho por meio do eSocial impõe ao Município o dever de





estruturar, organizar e manter atualizados todos os dados ocupacionais dos servidores, especialmente no que se refere aos eventos S-2210 (Comunicação de Acidente de Trabalho), S-2220 (Monitoramento da Saúde do Trabalhador) e S-2240 (Condições Ambientais do Trabalho – Agentes Nocivos). O envio correto dessas informações exige integração entre os programas de SST, consistência técnica dos dados, rastreabilidade das informações e observância rigorosa dos prazos legais, sendo inviável sua execução sem suporte técnico especializado e sistemas adequados, sob pena de inconsistências, autuações e responsabilização do ente público perante os órgãos fiscalizadores.

Importante destacar que a gestão de Saúde e Segurança do Trabalho no âmbito municipal possui caráter contínuo, sistemático e integrado, devendo abranger todos os servidores, sejam estatutários ou celetistas, de forma transversal às Secretarias Municipais, com base na análise de riscos ocupacionais por função, atividade e exposição, e não por unidade física ou localização geográfica. Essa diretriz técnica decorre das Normas Regulamentadoras e garante maior eficiência na identificação dos perigos, na definição de medidas de controle e na padronização dos procedimentos, sendo a metodologia adotada no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, o que reforça a necessidade de contratação de empresa com capacidade de gestão integrada dos programas ocupacionais.

Ressalta-se, ainda, que os serviços a serem contratados envolvem elevado grau de complexidade técnica, incluindo a realização de avaliações qualitativas e quantitativas de agentes físicos, químicos e biológicos, elaboração de inventários de riscos, definição de Grupos Homogêneos de Exposição (GHE), implementação de planos de ação, realização de exames ocupacionais (admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, mudança de função e demissionais), emissão de Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), além da gestão e integração de todas essas informações em sistemas compatíveis com as exigências legais. Tais atividades demandam conhecimento técnico especializado, equipamentos devidamente calibrados, responsabilidade técnica formal (CREA/CRM) e estrutura adequada, não sendo possível sua execução direta pela Administração sem comprometer a qualidade técnica, a segurança jurídica e a conformidade legal.

Adicionalmente, mesmo quando admitida a utilização de rede credenciada para execução de atividades complementares, como exames laboratoriais ou de imagem, a responsabilidade técnica pela coordenação, validação, integração e guarda das





informações permanece integralmente com a empresa contratada, conforme entendimento técnico consolidado, não sendo admitida a terceirização das atividades-fim. Essa exigência garante a unidade do prontuário ocupacional, a rastreabilidade das informações, a consistência dos dados enviados ao eSocial e a mitigação de riscos jurídicos decorrentes da fragmentação dos serviços.

Por fim, a contratação mostra-se necessária para assegurar a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, a preservação da saúde física e mental dos servidores públicos, a redução de afastamentos e custos indiretos, bem como a melhoria das condições de trabalho e da eficiência administrativa. Ademais, garante a regularidade do Município perante os órgãos de controle, evita passivos trabalhistas e previdenciários e assegura o cumprimento do princípio da legalidade, da eficiência e da proteção ao trabalhador, consolidando-se como medida indispensável à boa gestão pública.

A previsão de aplicação do critério de regionalidade no presente Estudo Técnico Preliminar fundamenta-se na legislação municipal vigente que regulamenta as contratações públicas e estabelece diretrizes para o incentivo ao desenvolvimento econômico local e regional, em consonância com os princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à promoção do desenvolvimento nacional sustentável e ao tratamento favorecido às empresas locais e regionais, quando compatível com o interesse público.

A adoção desse critério justifica-se, ainda, pela natureza dos serviços a serem contratados, os quais demandam, em determinadas situações, proximidade geográfica para garantir maior eficiência operacional, agilidade no atendimento, redução de custos indiretos relacionados a deslocamentos e maior integração entre contratada e Administração. No caso específico dos serviços de medicina e segurança do trabalho, há necessidade de realização de atendimentos periódicos, avaliações técnicas, eventuais inspeções e respostas tempestivas a situações de risco, fatores que podem ser favorecidos pela atuação de empresas localizadas na região.

Contudo, destaca-se que, nesta fase de planejamento (ETP), a regionalidade é tratada como diretriz potencial e condicionada, não sendo aplicada de forma automática. Sua previsão tem caráter preliminar e visa orientar a análise de viabilidade e vantajosidade da medida, observando-se sempre os princípios da competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.





Dessa forma, fica estabelecido que, na etapa subsequente de elaboração do Termo de Referência, será realizada análise de mercado detalhada, com levantamento de fornecedores que atendam aos requisitos técnicos e que estejam localizados no âmbito territorial definido pela legislação municipal. Somente a partir dessa verificação concreta será possível decidir, de forma fundamentada, pela aplicação ou não do benefício da regionalidade, assegurando que sua eventual adoção não comprometa a competitividade do certame nem resulte em prejuízo à economicidade da contratação.

Assim, a presente previsão atende ao dever de planejamento da Administração Pública, garantindo segurança jurídica ao processo e permitindo que a decisão final quanto à aplicação do critério de regionalidade seja tomada com base em dados objetivos, alinhada ao interesse público e às normas legais vigentes.

Destaca-se que a execução dos serviços deverá contemplar, obrigatoriamente, não apenas a elaboração documental dos programas, mas também a efetiva realização de avaliações técnicas nos ambientes de trabalho, incluindo inspeções in loco e, quando aplicável, medições quantitativas de agentes de risco, de modo a garantir a fidedignidade das informações, a consistência dos dados enviados ao eSocial e a efetividade das medidas de prevenção adotadas.

5. Áreas Requisitantes

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Administração e Finanças	Gelso Chioquetta

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1. Descrição

A contratação de empresa especializada em Saúde e Segurança do Trabalho (SST) deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos técnicos, operacionais e legais, visando assegurar a plena conformidade normativa, a eficiência na execução dos serviços e a segurança jurídica da contratação:

1. Capacidade técnica e escopo dos serviços





A contratada deverá possuir capacidade técnica comprovada para execução de serviços integrados de SST, incluindo a elaboração, implantação, implementação e gestão dos programas e documentos obrigatórios, tais como: Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), Laudos de Insalubridade e Periculosidade, Análise Ergonômica do Trabalho (AET), bem como demais avaliações e relatórios exigidos pelas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego .

2. Equipe técnica mínima

A empresa deverá dispor de equipe técnica multiprofissional composta, no mínimo, por Médico do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho e Técnico em Segurança do Trabalho, todos devidamente habilitados e com registro ativo nos respectivos conselhos profissionais, garantindo a responsabilidade técnica pela execução dos serviços.

3. Estrutura operacional obrigatória

A contratada deverá disponibilizar estrutura física própria e adequada para realização de atendimentos clínicos ocupacionais, exames e emissão de Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), em conformidade com a NR-07, não sendo admitida a utilização de instalações da Administração para tais fins.

4. Execução centralizada e baseada em risco

Os serviços deverão ser executados de forma contínua, integrada e centralizada, abrangendo todos os servidores municipais, com base na análise de riscos por função, atividade e exposição, e não por unidade administrativa ou localização geográfica, conforme diretrizes das Normas Regulamentadoras.

5. Gestão de exames e documentos ocupacionais

A contratada deverá realizar todos os exames ocupacionais obrigatórios (admissionais, periódicos, retorno ao trabalho, mudança de função e demissionais), emitir os respectivos ASOs, manter prontuários médicos individualizados e elaborar relatórios analíticos anuais do PCMSO, garantindo sigilo, integridade e rastreabilidade das informações.

6. Integração com o eSocial

A empresa deverá garantir a gestão, validação e envio dos eventos obrigatórios de SST (S-2210, S-2220 e S-2240), assegurando consistência técnica,





cumprimento de prazos legais e integração entre os programas ocupacionais e os sistemas informatizados.

7. Avaliações ambientais e laudos técnicos

A contratada deverá realizar avaliações qualitativas e quantitativas de agentes físicos, químicos e biológicos, com utilização de equipamentos calibrados e metodologias reconhecidas, sendo responsável pela elaboração de laudos técnicos válidos para fins trabalhistas e previdenciários, incluindo a definição de Grupos Homogêneos de Exposição (GHE).

8. Responsabilidade técnica e uso de rede credenciada

A utilização de rede credenciada será admitida exclusivamente para atividades complementares (exames laboratoriais e de imagem), permanecendo integralmente com a contratada a responsabilidade técnica, a validação dos resultados, a integração das informações e a gestão dos programas ocupacionais, vedada a subcontratação das atividades-fim.

9. Critério de localização – raio máximo de 50 km

A empresa contratada deverá estar localizada em um raio máximo de até 50 (cinquenta) quilômetros da sede do Município, com o objetivo de garantir viabilidade operacional, economicidade e eficiência na execução dos serviços.

A limitação geográfica justifica-se pelos seguintes fatores técnicos e administrativos:

- necessidade de deslocamento frequente de servidores para realização de exames e atendimentos ocupacionais;
- redução de custos indiretos com transporte, combustível e tempo de deslocamento;
- maior agilidade na execução de avaliações, inspeções técnicas e atendimentos eventuais;
- possibilidade de resposta tempestiva em situações que demandem atuação técnica, especialmente em casos de riscos ocupacionais relevantes;
- garantia de continuidade e regularidade na prestação dos serviços, evitando prejuízos operacionais à Administração.

Tal exigência não restringe indevidamente a competitividade, uma vez que se trata de critério técnico vinculado à natureza do objeto, proporcional e necessário para assegurar a eficiência da contratação, em conformidade com os princípios da razoabilidade, economicidade e interesse público.

10. Condições gerais de execução





A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação, cumprir os prazos estabelecidos, apresentar relatórios e documentos comprobatórios da execução dos serviços, bem como atender às demandas da Administração de forma contínua, eficiente e em conformidade com a legislação vigente.

11. Consistência técnica das informações

A contratada deverá assegurar a consistência técnica entre os programas, laudos e informações prestadas, sendo responsável pela coerência entre os dados levantados em campo, os documentos emitidos e os eventos enviados ao eSocial, vedando-se a utilização de informações genéricas ou dissociadas da realidade dos ambientes de trabalho.

12. Monitoramento e avaliação da execução

A futura contratação deverá prever mecanismos de acompanhamento, avaliação e controle da execução dos serviços, com base em indicadores de desempenho, prazos de atendimento e padrões de qualidade, especialmente quanto à realização de exames ocupacionais, execução de treinamentos, elaboração de programas e laudos técnicos, e envio de informações ao eSocial.

6.1.1. Comprovação do quadro de funcionários

A comprovação se fará:

- a) Mediante a apresentação de vínculo trabalhista (registro da CTPS, não sendo necessário o registro na função); ou
- b) Mediante a apresentação de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum; ou
- c) Quando se tratar de profissional integrante do quadro societário ou diretor da empresa licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma (contrato social).
- d) Os profissionais deverão estar inseridos na Equipe multiprofissional da empresa licitante, há mais de 1 ano.

6.2. Esta contratação tem caráter continuado?

A contratação de empresa especializada em serviços de medicina e segurança do trabalho possui natureza continuada, uma vez que se destina ao atendimento de





necessidades permanentes e contínuas da Administração Pública, não se tratando de demanda pontual ou esporádica. Os serviços de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) decorrem de obrigações legais contínuas impostas pelas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente quanto à manutenção, atualização e execução permanente de programas como o PGR e o PCMSO, bem como à realização periódica de exames ocupacionais e monitoramento constante das condições de trabalho dos servidores.

Além disso, a gestão de SST exige acompanhamento sistemático e ininterrupto dos riscos ocupacionais, com revisões periódicas, elaboração de relatórios, implementação de medidas preventivas e corretivas, e atualização constante das informações relacionadas à saúde dos trabalhadores. Soma-se a isso a obrigatoriedade de envio contínuo de dados ao eSocial, especialmente os eventos S-2210, S-2220 e S-2240, os quais dependem da execução regular e integrada dos serviços contratados.

Adicionalmente, trata-se de serviço essencial à preservação da saúde e integridade física e mental dos servidores, bem como à mitigação de riscos trabalhistas, previdenciários e administrativos para o Município, não sendo possível sua interrupção sem prejuízo à legalidade e à continuidade da prestação dos serviços públicos. Dessa forma, resta caracterizado o caráter continuado da contratação, nos termos da legislação vigente, justificando-se sua execução por prazo determinado com possibilidade de prorrogação, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

6.3 Qual deverá ser a duração inicial do contrato?

O contrato decorrente da presente contratação terá duração inicial de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura, período considerado adequado para a implementação, execução e consolidação dos serviços de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), incluindo a elaboração dos programas obrigatórios, realização dos exames ocupacionais e estruturação dos fluxos de envio de informações ao eSocial, conforme exigências legais vigentes.

Considerando a natureza continuada dos serviços, bem como a necessidade de manutenção permanente das atividades relacionadas à gestão de SST, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, a manutenção das





condições iniciais de habilitação e qualificação da contratada, bem como a adequação dos preços praticados no mercado.

A possibilidade de prorrogação justifica-se pela necessidade de continuidade dos serviços essenciais à preservação da saúde dos servidores, ao cumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e à regularidade das informações prestadas ao eSocial, evitando descontinuidade operacional, retrabalho na elaboração de programas ocupacionais e riscos administrativos decorrentes da interrupção dos serviços.

Destaca-se, ainda, que eventuais prorrogações deverão observar os limites legais, a formalização por termo aditivo e a análise prévia de desempenho da contratada, garantindo a eficiência, economicidade e o interesse público na continuidade da contratação.

A execução dos serviços deverá ser orientada pela análise de riscos ocupacionais, considerando critérios técnicos reconhecidos, com priorização baseada na gravidade e probabilidade de exposição, garantindo a adoção de medidas compatíveis com a realidade dos ambientes de trabalho e das atividades desempenhadas.

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1. A CONTRATADA deverá realizar serviços de elaboração, implantação e implementação da **Gestão de Segurança e Medicina do Trabalho** através de um processo contínuo e sistemático de identificação de perigos, avaliação e controle dos riscos ocupacionais. Seu principal objetivo é proporcionar, DENTRO DAS NORMAS LEGAIS, locais de trabalho seguros e saudáveis, prevenir lesões e agravos à saúde dos servidores e deve conter obrigatoriamente os seguintes pilares e documentos, conforme as exigências legais mais atualizadas.

7.1.1 A contratação deverá contemplar a elaboração, implementação e gestão do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), em conformidade com a NR-01 e diretrizes do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), incluindo a identificação de perigos, avaliação e controle dos riscos ocupacionais, com a devida estruturação de inventário de riscos e plano de ação, assegurando a atualização periódica e a efetividade das medidas de prevenção. Os detalhamentos apresentados neste item possuem caráter referencial técnico, servindo como base para definição da solução,





sendo que os requisitos operacionais e critérios de execução serão consolidados no Termo de Referência.

7.2. Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR – NR 1, de acordo com a portaria 3.214/78 e suas revisões.

7.2.1. O **PGR** deve conter os dados da identificação dos perigos e das avaliações dos riscos ocupacionais e devem ser consolidados em um inventário de riscos ocupacionais. O PGR deve contemplar ou estar integrado com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho. **O Gerenciamento de Riscos Ocupacionais - GRO** e deve:

- a) evitar ou eliminar os perigos ocupacionais que possam ser originados no trabalho;
- b) identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde;
- c) avaliar os riscos ocupacionais indicando o nível de risco;
- d) classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção;
- e) implementar medidas de prevenção, de acordo com a classificação de risco e na ordem de prioridade estabelecida na alínea “g” do subitem 1.4.1 da NR1; e
- f) acompanhar o controle dos riscos ocupacionais.

7.2.2. O **GRO** deve abranger os riscos que decorrem dos agentes físicos, químicos, biológicos, riscos de acidentes e riscos relacionados aos fatores ergonômicos, **incluindo os fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho** com no mínimo, os seguintes documentos:

- a) inventário de riscos que deve contemplar, no mínimo, as seguintes informações:
 - 1. caracterização dos processos e ambientes de trabalho;
 - 2. caracterização das atividades;
 - 3. Identificação de Perigos: Levantamento de todos os perigos (físicos, químicos, biológicos, ergonômicos, de acidentes e psicossociais) e possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores;
 - 4. avaliação de Riscos: Análise da severidade e probabilidade dos riscos, classificando-os para priorização das ações;





5. descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, com a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos a esses riscos, e descrição de medidas de controle e ou prevenção;
 6. dados da análise preliminar ou do monitoramento das exposições a agentes físicos, químicos e biológicos e os resultados da avaliação de ergonomia nos termos da NR-17;
 7. critérios adotados para avaliação dos riscos e tomada de decisão;
 8. A avaliação de riscos psicossociais no ambiente de trabalho, como fatores relacionados à organização do trabalho, relações socioprofissionais, jornada e reconhecimento.
- b)** plano de ação detalhado com as medidas e ações que serão implementadas para controlar os riscos ocupacionais identificados no inventário de riscos e deve possuir:
1. Identificação das medidas de prevenção: Detalhar as ações específicas que serão implementadas, como a utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs), treinamentos, mudanças em procedimentos operacionais e ajustes na infraestrutura;
 2. Cronograma de implementação: define prazos para a execução de cada medida, garantindo que as ações sejam realizadas de forma organizada e dentro de um período razoável;
 3. Responsabilidades: Designar as pessoas ou setores responsáveis por cada etapa do plano de ação, assegurando que as tarefas sejam executadas por quem tem a devida competência;
 4. Formas de acompanhamento e aferição de resultados: Estabelecer como será monitorada a implementação das ações e como os resultados serão medidos, permitindo avaliações periódicas e ajustes necessários;
 5. Planos de resposta a emergências relacionados aos perigos identificados;
 6. Monitoramento e Avaliação: Estabelecimento de formas de acompanhamento da eficácia das medidas e de revisão periódica do PGR. Deverão ser observadas, quando aplicáveis, as condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, conforme disposições da NR-24.





7.3. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO:

7.3.1. O PCMSO é um programa que complementa o PGR e está focado na saúde dos trabalhadores em relação aos riscos ocupacionais. Ele é coordenado por um Médico do Trabalho (NR-07) e é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da organização no campo da saúde organizacional e deve estar harmonizado com as demais NRs. O PCMSO deve incluir a avaliação do estado de saúde dos empregados em atividades críticas considerando os riscos envolvidos em cada situação e a investigação de patologias que possam impedir o exercício de tais atividades com segurança. O PCMSO deve ser elaborado considerando os riscos ocupacionais identificados e classificados pelo PGR.

7.3.2. Objetivos do PCMSO:

- a) rastrear e detectar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho;
- b) detectar possíveis exposições excessivas a agentes nocivos ocupacionais;
- c) definir a aptidão de cada empregado para exercer suas funções ou tarefas determinadas;
- d) subsidiar a implantação e o monitoramento da eficácia das medidas de prevenção adotadas na organização;
- e) subsidiar análises epidemiológicas e estatísticas sobre os agravos à saúde e sua relação com os riscos ocupacionais;
- f) subsidiar decisões sobre o afastamento de empregados de situações de trabalho que possam comprometer sua saúde;
- g) subsidiar a emissão de notificações de agravos relacionados ao trabalho, de acordo com a regulamentação pertinente;
- h) subsidiar o encaminhamento de empregados à Previdência Social;
- i) acompanhar de forma diferenciada o empregado cujo estado de saúde possa ser especialmente afetado pelos riscos ocupacionais;
- j) subsidiar a Previdência Social nas ações de reabilitação profissional;
- k) subsidiar ações de readaptação profissional;
- l) controlar a imunização ativa dos empregados, relacionada a riscos ocupacionais, sempre que houver recomendação do Ministério da Saúde.

7.3.3. O PCMSO deve incluir a realização obrigatória dos exames médicos:

- a) Admissionais: Antes do trabalhador iniciar suas atividades;





- b) Periódicos: Realizados em intervalos definidos (anual, bienal, etc., conforme risco e idade);
- c) De Retorno ao Trabalho: Após afastamento por doença ou acidente, superior a 30 dias;
- d) De Mudança de Função: Antes da mudança de função, caso implique exposição a novos riscos;
- e) Demissionais: Até a data da homologação.

7.3.3.1 Para cada exame clínico ocupacional realizado, o médico emitirá Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, que deve ser comprovadamente disponibilizado ao empregado, devendo ser fornecido em meio físico quando solicitado.

7.3.3.2. O ASO deve conter no mínimo:

- a) razão social e CNPJ da organização;
- b) nome completo do empregado, o número de seu CPF e sua função;
- c) a descrição dos perigos ou fatores de risco identificados e classificados no PGR que necessitem de controle médico previsto no PCMSO, ou a sua inexistência;
- d) indicação e data de realização dos exames ocupacionais clínicos e complementares a que foi submetido o empregado;
- e) definição de apto ou inapto para a função do empregado;
- f) o nome e número de registro profissional do médico responsável pelo PCMSO, se houver;
- g) data, número de registro profissional e assinatura do médico que realizou o exame clínico.

7.3.4. Documentação:

- a) Os dados dos exames clínicos e complementares deverão ser registrados em prontuário médico individual sob a responsabilidade do médico responsável pelo **PCMSO**, ou do médico responsável pelo exame, quando a organização estiver dispensada do programa.
- b) O prontuário do empregado deve ser mantido pela organização, no mínimo, por 20 (vinte) anos após o seu desligamento, exceto em caso de previsão diversa constante nos Anexos desta NR.





- c) Em caso de substituição do médico responsável pelo **PCMSO**, a organização deve garantir que os prontuários médicos sejam formalmente transferidos para seu sucessor.
- d) Podem ser utilizados prontuários médicos em meio eletrônico desde que atendidas as exigências do Conselho Federal de Medicina.
- e) O médico responsável pelo **PCMSO** deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo:
 - 1. o número de exames clínicos realizados;
 - 2. o número e tipos de exames complementares realizados;
 - 3. estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
 - 4. incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
 - 5. informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
 - 6. análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

7.4. Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT:

7.4.1 Previsto na Lei nº 8.213/1991, o **LTCAT** tem como objetivo identificar a exposição aos agentes físicos, químicos, biológicos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física do trabalhador, para fins de reconhecimento de atividades exercidas em condições especiais, **Aposentadoria Especial, com 10, 15 ou 25 anos de exposição a agentes nocivos à saúde ou à integridade física.**

7.4.2. O LTCAT é um documento técnico-legal que:

- a) Caracteriza as condições ambientais do local de trabalho;
- b) Identifica a existência de agentes nocivos (físicos, químicos ou biológicos);
- c) Quantifica a exposição dos trabalhadores a esses agentes;
- d) Atesta a exposição, ou não, a riscos ocupacionais.





7.4.3. Base Legal:

- a) **O Art. 58 da Lei 8.213/91** estabelece a obrigatoriedade da comprovação da exposição a agentes nocivos para fins de reconhecimento de tempo especial, visando a aposentadoria especial no âmbito da Previdência Social. A norma define que a comprovação se dará através de formulários emitidos pela empresa, com base em laudos técnicos elaborados por profissionais qualificados, como médicos do trabalho ou engenheiros de segurança do trabalho.
- b) **O Decreto 3.048/99**, que aprova o Regulamento da Previdência Social, e a Instrução Normativa INSS nº 608/2022 definem os **requisitos técnicos** para a concessão de benefícios previdenciários.

7.4.4 O LTCAT deve conter no mínimo:

7.4.4 .1 Avaliação Ambiental:

- a) Descrição detalhada dos ambientes de trabalho
- b) Identificação de todos os agentes:
 - Físicos: Ruído, calor, vibrações, radiações;
 - Químicos: Poeiras, fumos, névoas, gases;
 - Biológicos: Vírus, bactérias, fungos.

7.4.4 .2 Metodologia de Avaliação:

- a) Instrumentos utilizados (com certificado de calibração);
- b) Normas de referência (NR-15, NHO da Fundacentro);
- c) Tempo de amostragem e condições de medição.

7.4.4 .3. Resultados:

- a) Comparação com Limites de Tolerância (LT);
- b) Classificação do grau de risco;
- c) Mapa de exposição por função/setor.

7.4.4 .4. Conclusões: Enquadramento para aposentadoria especial (SIM/NÃO). Ao final do Laudo a seção de enquadramento é crucial, pois é onde o profissional técnico apresenta sua **conclusão de forma objetiva** sobre a existência ou não das condições que caracterize direito à aposentadoria especial.





7.4.5 Finalidade Principal:

7.4.5.1 O LTCAT deverá conter uma análise detalhada das condições ambientais do trabalho, identificando os agentes nocivos, seus níveis de exposição, os riscos para a saúde dos trabalhadores e propor medidas para reduzir ou eliminar a exposição aos agentes nocivos. O laudo deverá conter informações como: Identificação da empresa, setor e função do trabalhador, descrição da atividade e dos agentes nocivos identificados, localização das fontes geradoras e dos riscos, periodicidade e via de exposição aos riscos, metodologia e resultados da avaliação, medidas de controle existentes e/ou recomendadas. Com base na análise emitir um parecer final, com as devidas fundamentações legais, informando quais trabalhadores estão expostos aos agentes nocivos, arrolado na Legislação Previdenciária, e que se enquadram nos requisitos para a aposentadoria especial, bem como aqueles que não se enquadram neste benefício. O laudo deve conter a ART do profissional que o elaborou.

7.5. Laudo de Insalubridade - LI:

7.5.1. Este documento se destina à comprovar ou não, o direito do trabalhador a insalubridade, conforme as atividades ou operações exercidas pelo trabalhador. Deve-se realizar uma avaliação técnica detalhada do ambiente de trabalho, identificando e caracterizando a exposição a agentes nocivos (físicos, químicos ou biológicos) e comparando-a com os limites de tolerância estabelecidos pela norma. O laudo deve ser elaborado por um profissional habilitado, como um engenheiro de segurança do trabalho ou médico do trabalho, e deve conter informações precisas sobre a empresa, o ambiente de trabalho, as atividades exercidas, os agentes de risco presentes, as medições realizadas, as medidas de controle existentes e as conclusões sobre a caracterização ou não da insalubridade.

7.5.2. Fundamentação Legal:

- a) NR-15 (Atividades e Operações Insalubres);
- b) Lei 6.514/77 (Art. 189 a 197 da CLT);
- c) Súmula 228 do TST.

7.5.3. O Laudo de Insalubridade é um documento que deve conter no mínimo:





- a) Identificação de agentes nocivos no ambiente de trabalho (ruído, calor, produtos químicos etc.);
- b) Avaliação da exposição, tipo e limites identificados;
- c) Recomendação de medidas de controle;
- d) Caracterização clara sobre a existência (ou não) de insalubridade;
- e) Quando identificado classificar o grau de insalubridade (10%, 20% ou 40%).

7.5.4. Finalidade Principal:

7.5.4.1. Elaborar Laudo de Insalubridade caracterizando:

- a) Quais os trabalhadores que laboram em condições que não expõem sua saúde a riscos “SALUBRE”, e quais trabalhadores realizam atividades que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, estão expostos a agentes nocivos à saúde acima dos limites de tolerância estabelecidos “INSALUBRES”, conforme determina a Norma Regulamentadora 15 “NR15”. Definir qual o grau de insalubridade (mínimo, médio ou máximo).

7.6. Laudo de Periculosidade - LP:

7.6.1. Este documento se destina à comprovar ou não, o direito do trabalhador a periculosidade, conforme as atividades ou operações exercidas pelo trabalhador, de acordo com regulamentação estabelecida pela legislação vigente. O laudo deve ser elaborado por um profissional legalmente habilitado, como um engenheiro de segurança do trabalho ou médico do trabalho, e incluir a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

7.6.2. Fundamentação Legal:

7.6.2.1. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);

- a) **Art. 193:** Este é o artigo central que estabelece o direito ao adicional de periculosidade. Ele define as atividades ou operações perigosas como aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a inflamáveis, explosivos ou energia elétrica.
- b) **Art. 195:** Determina que a caracterização e a classificação da periculosidade serão feitas por meio de perícia a cargo de Engenheiro





de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho e Emprego.

7.6.2.2. Norma Regulamentadora nº 16 (NR-16) - Atividades e Operações Perigosas:

A NR-16 é a norma mais específica e detalhada para a periculosidade. Ela regulamenta o Art. 193 da CLT, detalhando quais são as atividades e operações consideradas perigosas. O corpo da Norma apresenta as diretrizes gerais sobre periculosidade, a forma de cálculo do adicional (30% sobre o salário-base, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa) e a possibilidade de opção pelo adicional de insalubridade, se for o caso.

7.6.2.3. Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego.

7.6.3. A elaboração do laudo segue uma sequência lógica de fases:

- a) Levantamento Preliminar e Planejamento: Coleta de dados básicos da empresa, análise de documentos existentes e definição do escopo da avaliação.
- b) Reconhecimento e Inspeção Técnica (Visita In Loco): Observação detalhada das atividades e processos, identificação dos agentes perigosos no ambiente de trabalho e entrevistas com os colaboradores.
- c) Avaliação Qualitativa: Confronto das condições observadas com os critérios estabelecidos na NR-16 e seus anexos para determinar se há periculosidade.
- d) Elaboração do Laudo e Conclusão: Redação do documento formal, incluindo todas as informações levantadas, análises, a fundamentação legal e o parecer técnico final sobre o enquadramento.
- e) Apresentação e Entrega: Assinatura do profissional responsável (com ART, se engenheiro) e entrega do laudo à empresa.

7.6.4. Finalidade Principal:

7.6.4.1 O laudo deve descrever de forma clara e detalhada a análise dos riscos, as medidas de controle propostas e as conclusões sobre atividades e operações que





expõem os trabalhadores a agentes perigosos, como explosivos, inflamáveis e eletricidade. O laudo deve detalhar a análise dos riscos, as medidas de controle propostas e as informações relevantes para a gestão da segurança e periculosidade. Deve atender às exigências da Lei nº 6.514 de 22/12/1977, às Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria nº 3.214 de 08/06/1978, especificamente à NR16, a qual tem a sua existência jurídica assegurada através da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - Título II - Capítulo V - no Artigo 193 a 197. CARACTERIZANDO a percepção ou não do adicional de periculosidade.

7.7. Laudo Ergonômico – Nr 17 ou AET:

7.7.1 O Laudo Ergonômico ou Análise Ergonômica do Trabalho (AET) é um documento técnico que avalia as condições ergonômicas dos postos de trabalho, conforme exigido pela NR-17 (Ergonomia). Ele identifica riscos ergonômicos e propõe melhorias para prevenir doenças ocupacionais (como LER/DORT). Este documento se destina à análise das condições ergonômicas de atividade específica da Prefeitura Municipal de Sulina, por secretaria, cargo e função, incluindo os Riscos Psicossociais, segundo as novas exigências legais, a serem divulgadas no Diário Oficial da União, que estabelecem a necessidade das empresas implementarem abordagens multidisciplinares para identificar e mitigar riscos psicossociais no ambiente de trabalho. Isso inclui a aplicação de estratégias eficazes para mapear esses riscos, avaliar a percepção dos trabalhadores sobre o ambiente, analisar comportamentos e práticas que possam indicar a presença desses riscos, e considerar altas taxas de absenteísmo e rotatividade como potenciais indicadores. O uso de grupos focais e pesquisas individuais com sigilo ético são ferramentas recomendadas para essa avaliação.

7.7.2. Finalidade Principal:

7.7.2.1. Elaborar o documento como determina a Norma Regulamentadora 17 “NR17” do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que estabelece as diretrizes para a análise ergonômica do trabalho, por setor e funções para atestar as condições ergonômicas específicas e estabelecer parâmetros para a adaptação das condições de trabalho, permitindo documentar e sistematizar a realização de procedimentos específicos garantindo segurança jurídica e operacional e deve conter no mínimo: Introdução e objetivos; Metodologia utilizada para a análise; Caracterização da





população trabalhadora e das atividades analisadas; Descrição do ambiente de trabalho (mobiliário, equipamentos, condições ambientais); Identificação e análise dos riscos ergonômicos (físicos, cognitivos, organizacionais); Diagnóstico ergonômico; Recomendações e propostas de intervenção para melhoria das condições de trabalho; Cronograma de implementação das melhorias (se aplicável); Conclusões e parecer técnico; Assinatura do profissional legalmente habilitado

7.8. Perfil profissiográfico previdenciário – PPP:

7.8.1. Informações referentes ao histórico laboral de todos os Servidores.

7.9. Plano de Prevenção de Acidentes com Materiais Perfurocortantes - PPAP :

7.9.1. O Plano de Prevenção de Acidentes com Materiais Perfurocortantes é um documento obrigatório conforme a **Norma Regulamentadora 32 - NR-32**, que estabelece as diretrizes para segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. Este plano visa reduzir os riscos de acidentes com materiais perfurocortantes (agulhas, bisturis, lâminas, etc.), que podem causar lesões e exposição a agentes biológicos.

7.9.2. Estrutura Básica do Plano de Prevenção:

a) Identificação dos Riscos

1. Mapeamento de áreas e atividades com uso de perfurocortantes.
2. Identificação de possíveis situações de risco (descarte inadequado, manipulação, transporte).

b) Medidas de Prevenção

1. **Substituição** de materiais perfurocortantes por alternativas mais seguras (ex.: agulhas com sistema de retração).
2. **Uso de EPIs** (luvas, óculos de proteção, etc.).
3. **Capacitação** dos trabalhadores sobre manuseio e descarte seguro.

c) Procedimentos Seguros

1. **Normas para descarte em coletores resistentes e identificados.**
2. **Proibição de recapeamento de agulhas.**
3. **Técnicas de manuseio e transporte Seguro.**





d) Ações em Caso de Acidente

1. **Primeiros socorros** imediatos.
2. **Protocolo de notificação** (Preencher CAT).
3. **Acompanhamento médico** (sorologias, profilaxias, se necessário).

e) Treinamentos e Capacitações

1. Treinamentos periódicos sobre **NR-32** e boas práticas.
2. Orientações sobre **uso de dispositivos de segurança**.
3. **Monitoramento e avaliação**: O plano deve ser periodicamente avaliado e revisado, com base em indicadores de desempenho, para garantir sua eficácia.

7.9.3. Objetivo e Campo de Aplicação:

7.9.3.1. Estabelecer diretrizes para a elaboração e implementação de um plano de prevenção de riscos de acidentes com materiais perfuro cortantes com probabilidade de exposição a agentes biológicos, visando a proteção, segurança e saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral. Elaboração e Implementação do Plano de Prevenção:

- a) O Anexo III da NR-32 exige que os serviços de saúde elaborem e implementem um Plano de Prevenção de Riscos de Acidentes com Materiais Perfurocortantes. Este plano deve conter medidas para reduzir a probabilidade de acidentes com materiais perfurocortantes, que podem levar à exposição a agentes biológicos.
- b) Importância do Plano de Prevenção:
- c) O plano é crucial para garantir a segurança e saúde dos trabalhadores em postos de saúde, reduzindo os riscos de acidentes com materiais como agulhas, lâminas, vidros, etc.
- d) Aspectos Importantes do Plano:
- e) Coleta e descarte adequado de perfurocortantes:
- f) É fundamental que o plano estabeleça procedimentos para o descarte seguro desses materiais, incluindo a utilização de coletores adequados e próximos aos locais de uso.





7.9.3.2. Proibição de reencape e desconexão manual de agulhas:

- a) A NR-32 proíbe expressamente essas práticas, devido ao alto risco de acidentes com materiais perfurocortantes.

7.9.3.3. Capacitação dos trabalhadores:

- a) O plano deve incluir a capacitação dos profissionais sobre os riscos e as medidas de prevenção relacionadas a materiais perfurocortantes.

7.9.3.4. Uso de equipamentos de proteção individual (EPIs):

- a) A norma exige o uso de EPIs adequados para proteção contra riscos biológicos e materiais perfurocortantes.

7.9.3.5. Comunicação de acidentes:

- a) O plano deve estabelecer procedimentos para a comunicação imediata de qualquer acidente ou incidente envolvendo materiais perfurocortantes.

7.9.3.6. Outras Disposições da NR-32:

- a) Riscos biológicos: A norma estabelece medidas para a prevenção da exposição a agentes biológicos, como vírus, bactérias e fungos.
- b) Riscos químicos: A NR-32 trata da utilização segura de produtos químicos, incluindo a identificação e rotulagem adequada dos recipientes.
- c) Radiações ionizantes: A norma estabelece medidas para a proteção contra radiações ionizantes, quando aplicável.
- d) Resíduos de serviços de saúde: A NR-32 aborda a segregação, acondicionamento, transporte e descarte adequados dos resíduos gerados em serviços de saúde.
- e) Condições de conforto: A norma estabelece requisitos para as condições de conforto nos locais de trabalho, como a disponibilização de locais adequados para refeições.
- f) Limpeza e conservação: A NR-32 aborda a limpeza e conservação dos ambientes e equipamentos de trabalho.

7.9.4. Cronograma de implementação:

- a) O plano deve conter um cronograma para a sua implementação.





- b) O cronograma deve contemplar as etapas, descritos e respectivos prazos para a sua implantação.
- c) Este cronograma e a comprovação da implantação devem estar disponíveis para a Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego e para os trabalhadores ou seus representantes.

7.9.5. Monitoramento do plano:

- a) O plano deve contemplar monitoração sistemática da exposição dos trabalhadores a agentes biológicos na utilização de materiais perfuro cortantes, utilizando a análise das situações de risco e acidentes do trabalho ocorridos antes e após a sua implementação, como indicadores de acompanhamento.

7.9.6. Avaliação da eficácia do plano:

- a) O plano deve ser avaliado a cada ano, no mínimo, e sempre que se produza uma mudança nas condições de trabalho e quando a análise das situações de risco e dos acidentes assim o determinar.

7.10. Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde “PGRSS” - NR 32 e RDC Nº. 222/2018 – da ANVISA:

7.10.1. O (PGRSS) é um documento que descreve as ações de gerenciamento de resíduos em estabelecimentos de saúde, seguindo as diretrizes da NR-32 e da RDC Nº. 222/2018 da ANVISA. Este plano abrange desde a geração até a destinação final dos resíduos, garantindo a segurança dos trabalhadores, pacientes e do meio ambiente.

7.10.2. Principais aspectos do para a elaboração do PGRSS:

- a) **Classificação dos resíduos** - Os resíduos de serviços de saúde são classificados em cinco grupos (A, B, C, D e E), de acordo com a RDC nº 222/2018, cada um com suas características e requisitos de gerenciamento específicos.
- b) **Segregação, acondicionamento e identificação** - O plano detalha os procedimentos para segregar, acondicionar e identificar corretamente os resíduos, utilizando recipientes adequados e sinalização apropriada, conforme as normas.





- c) Coleta, transporte e armazenamento** - O documento estabelece como será realizada a coleta interna e externa dos resíduos, o transporte até o local de armazenamento temporário e as condições de armazenamento, incluindo a necessidade de abrigo adequado e controle de vetores e pragas.
- d) Tratamento e disposição final** - O PGRSS também define os métodos de tratamento adequados para cada tipo de resíduo, como a incineração, autoclavagem ou tratamento químico, e como será realizada a disposição final ambientalmente adequada, seguindo as regulamentações.
- e) Responsabilidades** - O estabelecimento de saúde gerador de resíduos é o responsável pela elaboração, implementação, execução e monitoramento do PGRSS.
- f) Profissional responsável** - A elaboração do PGRSS deve ser conduzida por um profissional legalmente habilitado, com conhecimento técnico e experiência na área, que emitirá a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

7.10.3. Dos Resíduos.

7.10.3.1. Cabe ao empregador capacitar, inicialmente e de forma continuada, os trabalhadores nos seguintes assuntos:

- a)** segregação, acondicionamento e transporte dos resíduos;
- b)** definições, classificação e potencial de risco dos resíduos;
- c)** sistema de gerenciamento adotado internamente no estabelecimento;
- d)** formas de reduzir a geração de resíduos; **e)** conhecimento das responsabilidades e de tarefas;
- e)** reconhecimento dos símbolos de identificação das classes de resíduos;
- f)** conhecimento sobre a utilização dos veículos de coleta;
- g)** orientações quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs.

7.11. Assessoria Técnica em Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho:

7.11.1. A CONTRATADA atuará como uma parceira estratégico assessorando o Departamento de Segurança do Trabalho na gestão e o Departamento de Recursos Humanos no cumprimento de todas as normas relacionadas à **SST** garantindo que a Prefeitura Municipal de Sulina cumpra suas obrigações em conformidade com as





Normas Regulamentadoras e a legislação vigente e promovendo um ambiente de trabalho seguro e saudável. Este serviço será elaborado por profissionais qualificados garantindo clareza, precisão e validade das informações apresentadas, abrange a análise do ambiente de trabalho; identificação avaliação e controle de riscos; implementação de medidas preventivas e corretivas entre outras. Os resultados dessas avaliações serão apresentados em documentos oficiais/formais (pareceres, laudos, etc.), onde serão fornecidas, à luz da legislação pertinente, as orientações necessárias para a proteção da integridade física e mental dos servidores. A CONTRATADA também deve **DESIGNAR** um Técnico para prestar atendimento **“IN LOCO”** no período **de 4 horas mensais**, durante a vigência do contrato, conforme cronograma a ser definido pelo técnico da Prefeitura.

7.12. Software para Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional:

7.12.1. Licença para uso do software de com funcionalidades para todas as áreas de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) incluindo gestão de documentos, gerenciamento de programas como PCMSO e PGR, envio de informações para o eSocial, o cadastro dos colaboradores em cargos e função, a consulta, gerenciamento e impressão dos dados referentes aos atestados de saúde ocupacional, agendamento de consultas médicas, solicitação de exames complementares, emissão de relatórios de exames complementares por função, OS (Ordem de serviço individual), por cargo, diferenciando a atividade, controle de estoque e Ficha de entrega de EPI's e controle de estoque de EPIs ON Line, Mapa de Riscos, CAT (comunicação de acidente de trabalho), controle de treinamentos. Todos os documentos mencionados e gerados, serão apresentados de forma impressa e digital, através de software integrado especializado em gestão em SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL.

7.12.2. A solução a ser contratada deverá contemplar a disponibilização de sistema informatizado para gestão de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), em ambiente web, destinado à gestão integrada dos programas ocupacionais, ao controle das informações relativas à saúde do trabalhador e à gestão dos riscos ocupacionais.

O sistema deverá possibilitar a organização, registro, armazenamento e rastreabilidade das informações relacionadas aos programas legais de SST, incluindo, no mínimo, o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e o Programa de Controle





Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), bem como viabilizar a consolidação dos dados necessários ao cumprimento das obrigações legais.

Deverá, ainda, permitir a integração e o envio das informações obrigatórias ao eSocial, especialmente os eventos relacionados à Saúde e Segurança do Trabalho (S-2210, S-2220 e S-2240), garantindo consistência técnica, confiabilidade dos dados e conformidade com os prazos legais.

A adoção de sistema informatizado integrado justifica-se pela necessidade de centralização das informações ocupacionais, padronização dos registros, redução de inconsistências, melhoria da rastreabilidade dos dados e suporte à gestão eficiente da Saúde e Segurança do Trabalho no âmbito da Administração Pública.

A solução deverá permitir acesso à Administração, assegurando transparência, acompanhamento das informações e suporte às atividades de fiscalização e gestão.

7.13. Treinamentos relacionados as Normas de Segurança:

7.13.1. Os treinamentos sobre as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) deverá ser ministrado presencialmente e por profissionais qualificados que conheçam as particularidades de cada NR. O conteúdo do treinamento deverá ser atualizado e com as cargas horárias específicas a cada Norma.

7.13.2. O local para treinamentos sobre as NRs do MTE deve ser adequado para garantir a aprendizagem e a segurança dos participantes.

- a) O ambiente deve ser confortável, com recursos tecnológicos necessários e condições adequadas para a aprendizagem.
- b) Em caso de treinamentos que envolvam atividades práticas, o local deve ser apropriado para a execução dessas atividades, com equipamentos de segurança e espaço suficiente.
- c) No final de cada curso os participantes deverão receber certificados individuais que comprovem a participação dos treinamentos, incluindo data, carga horária, conteúdo, nome e função/qualificação do participante e do(s) instrutor(es).

7.13.3. Tipos de treinamentos:

- a) treinamento inicial;





- b) treinamento periódico; e
- c) treinamento eventual.

7.13.3.1. O treinamento inicial deve ocorrer antes de o trabalhador iniciar suas funções ou de acordo com o prazo especificado em NR.

7.13.3.2. O treinamento periódico deve ocorrer de acordo com periodicidade estabelecida nas NRs ou, quando não estabelecido, em prazo determinado pelo NSST.

7.13.3.3. O treinamento eventual deve ocorrer:

- a) quando houver mudança nos procedimentos, condições ou operações de trabalho, que impliquem em alteração dos riscos ocupacionais;
- b) na ocorrência de acidente grave ou fatal, que indique a necessidade de novo treinamento; ou
- c) após retorno de afastamento ao trabalho por período superior a 180 (cento e oitenta) dias.

7.13.3.4. Treinamentos obrigatórios e complementares exigidos pelas NRs.

a) NR-01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO):

1. Treinamento de Integração para todos os novos colaboradores;
2. Foco: Apresentar os riscos gerais do ambiente, medidas preventivas e metas do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).
3. Treinamentos Específicos por Função/Risco para os trabalhadores expostos a riscos específicos ou que operam equipamentos/máquinas que demandem capacitação.
4. Capacitação em Prevenção e Combate ao Assédio para todos os trabalhadores, como parte das ações de prevenção.

b) NR-05 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA):

1. Nome do Curso Específico: Treinamento para Membros da CIPA ou Curso de Formação de Cipeiros.
2. Para quem: Todos os membros titulares e suplentes da CIPA, eleitos pelos empregados e indicados pelo empregador.





3. Foco: Capacitar os cipeiros para que possam identificar riscos, propor medidas de controle, investigar acidentes e incidentes, e atuar na prevenção e combate ao assédio e outras formas de violência no trabalho.

c) NR-06 - Equipamento de Proteção Individual (EPI):

1. O treinamento da NR-06 é vital para conscientizar os trabalhadores, transformando o uso do EPI de uma obrigação em um hábito de segurança, essencial para a proteção individual e coletiva no ambiente de trabalho.
2. Nome do Curso Específico: Treinamento de Uso, Guarda e Conservação de EPIs.
3. Para quem: Todos os trabalhadores que necessitam utilizar qualquer tipo de EPI para a execução de suas atividades. Contéudo mínimo:
 - a) Conceito e Função do EPI:
 - b) Responsabilidades:
 - c) Tipos de EPIs e Suas Aplicações:
 - d) Uso Correto, Guarda e Conservação:
 - e) Consequências do Não Uso ou Uso Inadequado:
 - f) Discussão sobre os riscos de acidentes e doenças ocupacionais que podem surgir pela falta ou uso incorreto do EPI.
 - g) Implicações legais para o trabalhador e a empresa em caso de descumprimento da norma

d) NR-07 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO):

1. Nome do Curso Específico: **Treinamento de Primeiros Socorros.**
2. Para quem: A NR-07 determina que o empregador deve designar pessoas para aplicar os primeiros socorros em caso de acidentes ou mal súbito, e elas devem ser capacitadas para essa função.
3. Foco: Capacitar os designados a prestar o atendimento inicial e adequado a vítimas de acidentes ou mal-estar no local de trabalho, até a chegada de assistência médica profissional.





e) NR-10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade:

1. Nome do Curso Específico: Curso Básico de Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade (frequentemente chamado de "NR-10 Básico").
2. Para quem: Trabalhadores que executam ou interagem com instalações elétricas e serviços com eletricidade em baixa tensão, ou que adentram a área de trabalho com instalações elétricas.
3. Foco: Capacitar os profissionais a reconhecer e avaliar os riscos da eletricidade, aplicar as medidas de controle adequadas e trabalhar com segurança em instalações e serviços elétricos em baixa tensão.

f) NR-11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais:

1. A NR-11 exige que os operadores sejam devidamente habilitados e recebam treinamento específico para o equipamento que irão operar á as atividades de transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais, visando prevenir acidentes como quedas e esmagamentos.
2. Para quem: Trabalhadores que operam equipamentos como a Bob Cat (Mini Carregadeira/Miniescavadeira) equipamentos de pequeno porte para jardinagem, empilhadeiras, pontes rolantes, talhas elétricas entre outros veículos e equipamentos de transporte e movimentação de cargas.
3. Operadores devem receber treinamento específico para equipamentos de movimentação, incluindo:
 - a) Conhecimentos sobre limites de carga;
 - b) Inspeções diárias;
 - c) Riscos de tombamento e atropelamento;
 - d) Treinamento em operação segura;
 - e) Operar o equipamento com segurança, compreendendo seus mecanismos e limites;
 - f) Realizar inspeções pré-uso no equipamento;
 - g) Sinalizar e organizar a área de movimentação;





- h) Como manusear as cargas de forma correta para evitar acidentes (quedas, esmagamentos, tombamentos).
- i) Direção defensiva.

g) NR-12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos:

visa garantir que o servidor público possua conhecimento técnico para operar os equipamentos de forma segura e realizar a fiscalização rigorosa das condições de segurança. O objetivo é evitar acidentes decorrentes de falhas mecânicas não identificadas ou do uso inadequado dos dispositivos de proteção, assegurando o cumprimento da NR-12 e a preservação do patrimônio público.

1. Estabelecer as medidas de proteção para garantir a segurança na operação, manutenção e demais interações com máquinas e equipamentos.
2. Nome do Curso Específico: Treinamento para Operação Segura de Máquinas e Equipamentos.
3. Para quem: Todos os trabalhadores envolvidos na operação, inspeção, limpeza em máquinas e equipamentos.
4. Foco: Capacitar os profissionais a:
 - a) Compreender os riscos associados à máquina ou equipamento específico.
 - b) Identificar e utilizar as proteções e dispositivos de segurança quando necessário. (guardas, intertravamentos, paradas de emergência).
 - c) Realizar procedimentos seguros de operação, limpeza e ajuste, incluindo o Bloqueio e Etiquetagem para evitar acidentes durante intervenções.
 - d) Agir corretamente em situações de emergência ou falha da máquina.
 - e) Exemplos de Máquinas e Equipamentos - Máquinas para Serviços Urbanos, caminhões; Roçadeiras motorizadas (elétricas ou a combustão); Motosserras (usadas pela equipe de poda de árvores); Cortadores de grama (tractor ou walk-





behind); Betoneiras; Furadeiras de bancada; Pá carregadeira, retroescavadeiras, entre outros.

f) Direção defensiva.

h) NR-17 - Ergonomia:

1. Nome do Curso Específico: Treinamento de Ergonomia no Trabalho (ou Capacitação em Ergonomia Aplicada, ou Conscientização Ergonômica).
2. O treinamento da NR-17, ao abordar a ergonomia de forma ampla deve incluir os riscos psicossociais.
3. Foco: Capacitar os trabalhadores a:
 - a) Compreender os princípios básicos de ergonomia.
 - b) Identificar os riscos ergonômicos em suas próprias atividades e postos de trabalho.
 - c) Adotar posturas corretas e técnicas adequadas de manuseio de cargas.
 - d) Ajustar seus postos de trabalho (mobiliário, ferramentas, equipamentos) para promover conforto e segurança.
 - e) Realizar pausas e exercícios compensatórios.
 - f) Estabelecer diretrizes para adaptar as condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, visando proporcionar conforto, segurança e saúde, e prevenir doenças ergonômicas.
 - g) Medidas de Prevenção e Controle dos Riscos Psicossociais.

i) NR-18 - Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção:

1. Estabelecer diretrizes administrativas, de planejamento e organização para a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança em reformas, construções e manutenção dos prédios da Prefeitura municipal. Conscientizar sobre os riscos específicos da construção civil, as medidas de prevenção, os procedimentos de segurança do canteiro, e os direitos e deveres dos trabalhadores.

j) NR-20 - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis:





1. O treinamento da NR-20 é essencial para garantir que os trabalhadores estejam cientes dos riscos envolvidos e saibam como agir para prevenir acidentes e em situações de emergência.
2. Curso de Iniciação sobre Inflamáveis e Combustíveis (Carga Horária: 4 horas)
 - a) Público-alvo: Trabalhadores que adentram a área ou local de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis e não mantêm contato direto com o processo ou processamento. (Ex: equipe de limpeza, jardinagem, etc.).

3. Conteúdo programático:

- a) Inflamáveis: características, propriedades, perigos e riscos.
- b) Controles coletivos e individuais para trabalhos com inflamáveis.
- c) Fontes de ignição e seu controle.
- d) Procedimentos básicos em situações de emergência com inflamáveis.
- e) Curso Básico (Carga Horária: 8 horas para Classe III, 4 horas para Classe I)
- f) Público-alvo: Trabalhadores que executam atividades de operação e manutenção em instalações de Classe I. (Ex: frentistas, mecânicos que atuam nas instalações).
- g) Conteúdo programático (além dos itens da Iniciação):
- h) Proteção contra incêndio com inflamáveis.
- i) Conhecimentos e utilização dos sistemas de segurança contra incêndio com inflamáveis.

k) NR-23 - Proteção Contra Incêndios:

1. Determinar as medidas de proteção contra incêndios que a Prefeitura deve adotar, incluindo tipo de extintores, saídas de emergência e brigadas, para prevenção e combate.
2. **Orientações Gerais para Todos os Trabalhadores sobre:**

A NR-23 exige que **todos os funcionários** recebam informações básicas sobre:





- a) **Uso dos equipamentos de combate ao incêndio:** Saber onde estão os extintores e como acioná-los em caso de emergência.
- b) **Procedimentos de resposta a emergências e evacuação:** O que fazer ao ouvir o alarme, qual a rota de fuga, onde é o ponto de encontro.
- c) **Dispositivos de alarme existentes:** Como reconhecer o sinal de alarme e como acioná-lo, se necessário.

l) NR-32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde:

- 1. A NR-32 estabelece diretrizes para a proteção dos trabalhadores da área da saúde, e os treinamentos obrigatórios são fundamentais para garantir a segurança. Os cursos obrigatórios dentro da NR-32 geralmente abordam os seguintes temas, dependendo da função e dos riscos aos quais o trabalhador está exposto:

- a) **Treinamento de Segurança e Saúde em Serviços de Saúde:** Este é o curso mais abrangente e fundamental, que aborda os principais riscos (biológicos, químicos, físicos, ergonômicos e de acidentes) e as medidas de prevenção.
- b) **Biossegurança:** Focado na prevenção de contaminação por agentes biológicos, incluindo o uso correto de EPIs, higiene e desinfecção.
- c) **Manejo de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS):** Instruções sobre a classificação, segregação, acondicionamento e descarte adequado dos resíduos hospitalares.
- d) **Prevenção de Acidentes com Materiais Perfurocortantes:** Treinamento específico sobre o manuseio seguro e descarte de objetos perfurocortantes.
- e) **Primeiros Socorros:** Embora seja uma exigência geral de segurança, a NR-32 reforça a importância de capacitação em primeiros socorros para lidar com acidentes específicos do ambiente de saúde.
- f) **Proteção Radiológica:** Para trabalhadores expostos a radiações ionizantes.
- g) **Manuseio de Produtos Químicos e Medicamentos de Risco:** Para aqueles que lidam com substâncias químicas perigosas, incluindo quimioterápicos.

m) NR-35 - Trabalho em Altura:

- 1. A NR-35 define trabalho em altura como toda atividade executada acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda. Para que um trabalhador seja considerado capacitado a





realizar essas tarefas, ele deve ser aprovado em um treinamento teórico e prático específico.

2. Capacitar os trabalhadores a planejar, organizar e executar atividades em altura de forma segura, minimizando os riscos de acidentes e garantindo a conformidade com a legislação.
3. Carga Horária Mínima: O treinamento inicial para trabalhadores deve ter carga horária mínima de 8 horas.

4. Conteúdo Programático (mínimo exigido):

- a) Normas e Regulamentos Aplicáveis ao Trabalho em Altura:
- b) Entendimento da NR-35 e outras normas relacionadas.

5. Análise de Risco (AR) e Condições Impeditivas:

- a) Como identificar e avaliar os riscos inerentes ao trabalho em altura (local, entorno, condições meteorológicas, riscos adicionais).
- b) Definição de condições que impedem a realização do trabalho.
- c) A importância da Permissão de Trabalho (PT) para atividades não rotineiras.

6. Riscos Potenciais Inerentes ao Trabalho em Altura e Medidas de Prevenção e Controle:

- a) Queda de pessoas e materiais.
- b) Contato com redes elétricas, objetos cortantes, etc.
- c) Medidas para evitar o trabalho em altura (sempre que possível).
- d) Medidas para eliminar o risco de queda.
- e) Medidas para minimizar as consequências da queda.

7. Sistemas, Equipamentos e Procedimentos de Proteção Coletiva (EPC):

- a) Guarda-corpos, redes de segurança, plataformas, linhas de vida coletivas.
- b) Sinalização e isolamento da área.

8. Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para Trabalho em Altura:





- a) Seleção: Tipos de EPIs (cinturão de segurança tipo paraquedista, talabartes, trava-quedas, capacetes com jugular, etc.) e sua adequação à tarefa.
- b) Inspeção: Como verificar a integridade dos equipamentos antes e depois do uso.
- c) Conservação: Armazenamento e manutenção adequados.
- d) Limitação de Uso: Entendimento das capacidades e restrições de cada equipamento.

9. Acidentes Típicos em Trabalhos em Altura:

- a) Estudo de casos e análise das causas de acidentes.

10. Condutas em Situações de Emergência, Incluindo Noções de Técnicas de Resgate e de Primeiros Socorros:

- a) Como agir em caso de queda ou mal súbito em altura.
- b) Noções básicas de resgate e salvamento.
- c) Primeiros socorros para vítimas de queda ou trauma.
- d) Importância do plano de emergência e da equipe de resgate.

n) NR-38 - Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos:

1. Principais Tópicos Abordados no Curso:

- a) Entendimento da NR-38: Explicação detalhada do escopo da norma e das responsabilidades tanto do empregador quanto do empregado.
- b) Identificação de Perigos e Riscos: Abordagem aprofundada dos diversos tipos de riscos presentes na atividade:
 - 1. Riscos Biológicos: Contato com agentes patogênicos presentes no lixo (vírus, bactérias, fungos) e animais peçonhentos.
 - 2. Riscos Físicos: Exposição a ruído de equipamentos, variações de temperatura (calor/frio), vibração e radiação não ionizante (solar).
 - 3. Riscos Químicos: Exposição a gases, vapores e substâncias químicas presentes nos resíduos.





4. Riscos Ergonômicos: Posturas inadequadas, levantamento e transporte manual de peso, movimentos repetitivos que podem gerar lesões.
5. Riscos de Acidentes: Potenciais de atropelamentos, quedas (no mesmo nível ou de diferente nível), cortes, perfurações (por materiais cortantes/perfurantes), prensamento, choque elétrico e ataques de animais.

2. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Vestimenta:

- a) Orientação sobre a seleção, uso correto, inspeção, higienização e conservação de EPIs específicos, como calçados de segurança, luvas anticorte, óculos de proteção, protetores auriculares, máscaras, e vestimentas de alta visibilidade com faixas refletivas.
- b) Importância da vestimenta adequada para proteção e reconhecimento do trabalhador.

3. Aspectos Ergonômicos e Prevenção de Lesões:

- a) Técnicas seguras para movimentação manual e mecânica de cargas, visando prevenir Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT).

4. Procedimentos em Caso de Acidentes:

- a) Instruções claras sobre como agir em situações de emergência, incluindo acidentes com materiais perfurocortantes ou com potencial biológico, noções básicas de primeiros socorros e a importância da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT).

5. Sinalização de Segurança no Trânsito:

- a) A relevância da sinalização adequada de vias e áreas de trabalho (cones, cavaletes, bandeiras) e o posicionamento seguro de veículos e trabalhadores para evitar atropelamentos e outros acidentes de trânsito; Direção defensiva.

6. Operação Segura de Máquinas, Equipamentos e Ferramentas:





- a) Instruções para o uso seguro de veículos coletores, compactadores, varredeiras, máquinas de poda, roçadeiras, entre outros, com foco nas medidas de segurança específicas de cada equipamento.

7.14. Controle, rastreabilidade e integração dos treinamentos

A execução dos treinamentos deverá ser devidamente registrada, contemplando lista de presença, conteúdo ministrado, carga horária, identificação dos participantes e dos instrutores, bem como evidências documentais da realização. Os registros deverão ser mantidos de forma organizada e rastreável, possibilitando sua apresentação à Administração e aos órgãos de fiscalização sempre que solicitado.

Os treinamentos deverão estar alinhados aos riscos ocupacionais identificados no PGR e às exigências das Normas Regulamentadoras, garantindo coerência com as funções desempenhadas e com as medidas de prevenção adotadas. Sempre que aplicável, os treinamentos deverão subsidiar as informações relacionadas à Saúde e Segurança do Trabalho, incluindo aquelas destinadas ao eSocial, assegurando consistência entre os dados informados e a realidade das atividades desempenhadas.

7.15. Integração, consistência e rastreabilidade dos serviços

Todos os serviços contratados deverão ser executados de forma integrada, garantindo a consistência técnica entre os documentos elaborados (PGR, PCMSO, LTCAT, AET e demais), os dados de saúde ocupacional, os treinamentos realizados e as informações enviadas ao eSocial.

As informações deverão ser rastreáveis, coerentes entre si e compatíveis com as atividades efetivamente desempenhadas pelos trabalhadores, possibilitando sua verificação pela Administração e pelos órgãos de fiscalização.

8. REGIME DE EXECUÇÃO:

8.1. Lote único.

8.2. A contratação dos serviços de medicina e segurança do trabalho será realizada em lote único, não sendo admitido o parcelamento do objeto, em conformidade com o art. 40, inciso V, alínea "b" da Lei nº 14.133/2021.

8.3. A decisão por esta modalidade de agrupamento se baseia nas seguintes razões:

- a) **Garantia de Qualidade e Padronização Técnica:** Os serviços de medicina e segurança do trabalho são interdependentes e essenciais para a





conformidade com as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego. A contratação de uma única empresa garante a padronização dos procedimentos, a consistência dos Programas (PGR, PCMSO, etc.) e Laudos (LI, LP, LTCAT, etc.) e a perfeita integração de dados entre estes documentos. A divisão em lotes poderia resultar em laudos e programas conflitantes, dificultando a fiscalização e comprometendo a segurança jurídica e a saúde dos servidores.

b) Responsabilidade e Gestão Unificada: Ao contratar uma única empresa, a responsabilidade técnica e legal pela execução de todos os programas, treinamentos e exames (admissional, periódico, demissional, etc.) é centralizada. Isso facilita a gestão do contrato, a fiscalização dos serviços e a aplicação de sanções, caso necessário. O gerenciamento de múltiplos contratos, com diferentes fornecedores, criaria um risco administrativo e operacional desnecessário, aumentando a complexidade e os custos de fiscalização.

c) Fluxo de Informações e Economia Processual: A contratação em lote único simplifica o fluxo de informações entre os programas de SST e o eSocial, garantindo que os dados sejam enviados de forma correta e unificada. A administração pública teria um único ponto de contato para resolver questões técnicas e operacionais. O parcelamento demandaria um esforço maior para coordenar o trabalho de empresas distintas, o que poderia gerar atrasos e informações desencontradas, além de potencializar erros no cumprimento das obrigações legais.

d) Economia de Escala e Otimização Financeira: A contratação conjunta dos serviços permite a obtenção de preços mais competitivos, pois a empresa vencedora poderá diluir seus custos operacionais (equipe técnica, equipamentos, software) ao atender a todas as demandas de uma só vez. A divisão do objeto em lotes menores resultaria na fragmentação dos serviços, encarecendo a proposta final e tornando a contratação economicamente menos vantajosa para a administração pública.

Conclusão: Diante das razões técnicas e econômicas apresentadas, conclui-se que o parcelamento dos serviços de medicina e segurança do trabalho é inviável e desvantajoso. A contratação em lote único é a opção que melhor atende ao interesse público, garantindo a eficiência, a segurança, a padronização e a economicidade na gestão dos serviços de SST.

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

9.1. Será realizado posteriormente, na Solicitação e no Termo de Referência.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

10.1. Prestação de serviços de Saúde e Segurança e Medicina do Trabalho por Empresa Especializada na área, à fim de elaborar, atualizar e implantar a Gestão SST.

10.2. Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR

10.3. Gerenciamento de riscos ocupacionais - GRO;

10.4. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;





- 10.5. Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT;
- 10.6. Laudo de Insalubridade – LI;
- 10.7. Laudo de Periculosidade – LP;
- 10.8. Laudo Ergonômico – Nr 17 ou AET;
- 10.9. Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP;
- 10.10. Programa de Prevenção de Acidente com Material Perfuro Cortante; – PPAP
- 10.11. Plano de Gerenciamento de Serviços de Saúde – PGRSS
- 10.12. Assessoria Técnica em Saúde e Segurança do Trabalho;
- 10.13. Software para Gestão de SST;
- 10.14. Treinamentos das NRs;
- 10.15. Os serviços devem ser elaborados e executados em conformidade com a legislação Vigente, gerar arquivos XML e enviar os eventos para a plataforma e-social), por profissionais capacitados e legalmente habilitados conforme preconizado a legislação.

11. Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO
01	01	Un	PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR) – Elaborar e implementar o PGR. O documento deverá identificar, avaliar e estabelecer medidas de controle para garantir a segurança e saúde dos trabalhadores. Deve conter, no mínimo, inventário de riscos ocupacionais e plano de ação. Cada setor deverá ser visitado para a realização das inspeções e medições indicadas, seja por servidor, função, cargo, unidade ou local de trabalho. Elaboração de relatórios e planos de ação. Também deverá realizar as avaliações ambientais separadamente por unidade, cargo e por ambiente periciado, sendo as informações coletadas próximo ao empregado que está exposto ao maior risco dentro do ambiente. Realizar a manutenção e/ou reavaliação do programa quando houver necessidade, ou pelo menos uma vez ao ano; Deverá propor mecanismo de controle, cronograma de ações, medidas administrativas e preventivas. Ordens de serviços on line por função para todos os colaboradores e por funções. Indicação de treinamentos específicos e condições sanitárias. Inventário de todos os produtos químicos, inclusive intermediários e resíduos, com indicação daqueles que impliquem em riscos à segurança e saúde do trabalhador. AVALIAÇÃO QUALITATIVA – Realizar inspeções nos locais de trabalho para aferição de riscos inerentes a cada atividade. AVALIAÇÃO QUANTITATIVA – Quantificar a necessidade de análises laboratoriais para medir/quantificar a concentração de agentes (poeiras, gases, calor, metais, sílica, chumbo, vibrações etc...) através de medições técnicas com equipamentos específicos devidamente calibrados cujo os resultados serão avaliados e comparados a parâmetros definidos na NR-15 “ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES” e seus anexos conforme decreto 3.048/99, LEI





			8.112/1990, em quantidade suficiente para dar subsídios as medidas de segurança em cada atividade referente aos colaboradores da prefeitura municipal de Sulina.
02	01	Un	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO) – Elaborar o PCMSO identificando e avaliando os riscos ocupacionais no ambiente de trabalho. Definir os exames médicos necessários e a sua periodicidade, considerando as informações coletadas na análise de riscos. Incluir ações de promoção da saúde e prevenção, além de estabelecer um plano de ação para a implementação do programa. Deverá conter no mínimo, as seguintes etapas: Identificação dos riscos ocupacionais; definição dos exames médicos, periodicidade dos exames, medidas de controle e prevenção, relatório analítico anual, atualizações periódicas, reconhecimento e a avaliação dos riscos biológicos, relação contendo a identificação nominal dos trabalhadores, sua função, o local em que desempenham suas atividades e o risco a que estão expostos, vigilância médica dos trabalhadores potencialmente expostos, programa de vacinação. A elaboração e implementação do PCMSO são responsabilidades do médico do trabalho, que deve estar devidamente registrado no CRM e ter a inscrição como responsável pelo PCMSO, conforme a Resolução CFM nº 2.376, de 18 de janeiro de 2024.
03	220	Un	EXAMES CLÍNICOS OCUPACIONAIS – Realizar exames clínicos aos colaboradores do quadro funcional da Prefeitura de Sulina com emissão de atestados de saúde ocupacional “ASO” conforme determina a NR7. O atestado deve conter informações do trabalhador, função, riscos ocupacionais, resultados de exames, e a conclusão do médico sobre a aptidão do trabalhador. Atualmente há aproximadamente 220 servidores municipais , podendo ocorrer variações de 15% para mais ou para menos ao longo do contrato.
04	01	Un	LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO (LTCAT) – O laudo deverá conter uma análise detalhada das condições ambientais do trabalho, identificando os agentes nocivos, seus níveis de exposição, os riscos para a saúde dos trabalhadores e propor medidas para reduzir ou eliminar a exposição aos agentes nocivos. O laudo deverá conter informações como: Identificação da empresa, setor e função do trabalhador, descrição da atividade e dos agentes nocivos identificados, localização das fontes geradoras e dos riscos, periodicidade e via de exposição aos riscos, metodologia e resultados da avaliação, medidas de controle existentes e/ou recomendadas. Com base na análise emitir um parecer final, com as devidas fundamentações legais, informando quais trabalhadores estão expostos aos agentes nocivos, arrolado na Legislação Previdenciária, e que se enquadram nos requisitos para a aposentadoria especial, bem como aqueles





			que não se enquadram neste benefício. O laudo deve conter a ART do profissional que o elaborou.
05	02	Un	LAUDO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO – O laudo deve descrever de forma clara e detalhada a avaliação técnica realizada no ambiente de trabalho através de análises quantitativas e ou qualitativas. Identificar os agentes nocivos presentes no ambiente de trabalho, sua intensidade e concentração comparando-os com os limites estabelecidos pelas Normas Regulamentadoras em conformidade com a legislação trabalhista. Avaliar a natureza e o nível de risco associado a cada atividade e ambiente de trabalho. Avaliar se os limites de tolerâncias são ultrapassados e se há atividades perigosas indicando a necessidade de pagamento de adicional de INSALUBRIDADE ou PERICULOSIDADE. O laudo deve conter a ART do profissional que o elaborou. Elaborar 01 LAUDO de INSALUBRIDADE CARACTERIZANDO quais os trabalhadores que laboram em condições que não expõem sua saúde a riscos “SALUBRE”, e quais trabalhadores realizam atividades que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, estão expostos a agentes nocivos à saúde acima dos limites de tolerância estabelecidos “INSALUBRES”, conforme determina a Norma Regulamentadora 15 “NR15”. Definir qual o grau de insalubridade (mínimo, médio ou máximo). Elaborar 01 LAUDO de PERICULOSIDADE - O laudo deve descrever de forma clara e detalhada a análise dos riscos, as medidas de controle propostas e as conclusões sobre atividades e operações que expõem os trabalhadores a agentes perigosos, como explosivos, inflamáveis e eletricidade. O laudo deve detalhar a análise dos riscos, as medidas de controle propostas e as informações relevantes para a gestão da segurança a periculosidade. Deve atender às exigências da Lei nº 6.514 de 22/12/1977, às Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria nº 3.214 de 08/06/1978, especificamente à NR16, a qual tem a sua existência jurídica assegurada através da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - Título II - Capítulo V - no Artigo 193 a 197. CARACTERIZANDO quais atividades são consideradas atividades perigosas conforme Norma Regulamentadora 16”, com vista à percepção ou não do adicional de periculosidade.
06	01	Un	ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO (AET) – Elaborar o documento como determina a Norma Regulamentadora 17 “NR17” do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) , que estabelece as diretrizes para a análise ergonômica do trabalho, por setor e funções para atestar as condições ergonômicas específicas e estabelecer parâmetros para a adaptação das condições de trabalho, permitindo documentar e sistematizar a realização de procedimentos específicos garantindo segurança jurídica e operacional e deve conter no mínimo: Introdução e objetivos; Metodologia utilizada para a análise; Caracterização da





			população trabalhadora e das atividades analisadas; Descrição do ambiente de trabalho (mobiliário, equipamentos, condições ambientais); Identificação e análise dos riscos ergonômicos (físicos, cognitivos, organizacionais); Diagnóstico ergonômico; Recomendações e propostas de intervenção para melhoria das condições de trabalho; Cronograma de implementação das melhorias (se aplicável); Conclusões e parecer técnico; Assinatura do profissional legalmente habilitado.
07	01	Un	MATERIAL PERFUROCORTANTE (MP) – Elaborar e implementar um PLANO DE PREVENÇÃO contra riscos de acidentes com materiais perfurocortantes com base em uma análise de risco, conforme a NR32 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE Anexo III . O programa deve integrar-se a outros programas de segurança e saúde no trabalho, como o PGR, PCMSO entre outros . O programa de prevenção deve conter no mínimo: Gerenciamento de Riscos, Medidas de Prevenção, Treinamento e Capacitação, Plano de Resposta a Acidentes, Análise de Riscos, Ações de Controle, Medidas de Prevenção (procedimentos de trabalho seguros), descarte seguro, monitoramento e avaliação.
08	01	Un	RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) – Elaborar o PLANO DE GERENCIAMENTO de RSS com os principais pontos a serem abordados: Classificação dos resíduos, segregação, acondicionamento, identificação, transporte interno, armazenamento temporário e externo, descarte e tratamento, proteção dos trabalhadores. Incluir também medidas para minimizar a geração e garantir a segurança dos profissionais e a proteção do meio ambiente conforme a Resolução da Diretoria Colegiada nº 222/2018 da ANVISA que trata do gerenciamento de RSS e a Resolução CONAMA nº 358/2005 que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos RSS . Treinamento específico para os trabalhadores que manuseiam RSS, abordando os riscos envolvidos, as medidas de prevenção, o uso correto de EPIs e os procedimentos em caso de acidentes.
09	48 hs	Un	ASSESSORIA TÉCNICA – A assessoria incluirá, dentre outras atividades, suporte aos questionamentos referente ao objeto contratado; análise e resposta “por escrito” a todas as medidas de segurança necessárias para a execução do contrato. Para garantir o suporte contínuo sobre o contrato, a empresa contratada disponibilizará, sem custos extras, um Técnico em Segurança do Trabalho “in loco” , com uma carga horária de 4 horas mensais, conforme cronograma a ser definido pelo Técnico de Segurança do Trabalho da Prefeitura durante a vigência do contrato.
10	01	Un	SOFTWARE DE GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO – Licença para o uso “sem restrições” de programa





			<p>de GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL que deverá comportar capacidade para gerenciar os dados referentes aos atestados de saúde ocupacional, agendamento de consultas médicas, exames complementares, audiometria, exames periódicos, relatórios de exames por função, emissão do relatório anual do PCMSO, armazenamento e gerenciamento automático do PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário), da CAT (Comunicação de Acidentes de Trabalho), controle de treinamentos, ordem de serviço individual on line, gerenciamento e visualização do PGR, PCMSO, LTCAT, com registros administrativos, ambientais e biológicos gerando relatórios em tempo real. Gerenciamento de EPI por função, CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) entre outros relatórios inerentes a GSSO. O SOFTWARE deverá gerar arquivos de exportação de dados compatíveis com a exigência do E-SOCIAL os eventos S-2210, S-2220 e S-2240 conforme decreto nº 8373 de 11/12/2014 que institui o sistema de escrituração Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e trabalhistas. O SOFTWARE deverá ser instalada em equipamento de informática (MICROCOMPUTADOR) nas dependência da Prefeitura Municipal, sendo que a instalação do sistema, manutenção e os treinamentos dos usuários será de responsabilidade da contratada. Todos os serviços deverão ser inclusos/enviados (escriturados) ao sistema do E-social através do sistema disponibilizado pela contratada.</p>
11	232 hs	Un	<p>TREINAMENTOS – Realizar treinamentos obrigatórios referentes as normas Regulamentadoras NR1, NR5, NR6, NR10, NR11, NR12, NR17, NR18, NR20, NR23, NR32, NR35, NR38, “e demais necessárias”, com suas cargas horárias distintas conforme cronograma a ser definido pelo Técnico de Segurança do Trabalho da Prefeitura. Carga de treinamentos TOTAL mínima “232 horas”.</p>
12	220	Un	<p>QUADRO DE SERVIDORES – Aproximadamente 220 servidores municipais distribuídos entre 08 secretarias, podendo ocorrer variações de 15% para mais ou 15% para menos ao longo do contrato.</p>

11.1. – Integração, consistência e rastreabilidade dos serviços

Todos os serviços contratados deverão ser executados de forma integrada, garantindo a consistência técnica entre os documentos elaborados (PGR, PCMSO, LTCAT, AET e demais), os dados de saúde ocupacional, os treinamentos realizados e as informações enviadas ao eSocial.





As informações deverão ser rastreáveis, coerentes entre si e compatíveis com as atividades efetivamente desempenhadas pelos trabalhadores, possibilitando sua verificação pela Administração e pelos órgãos de fiscalização.

Os programas, laudos, exames, treinamentos e demais registros deverão estar alinhados aos riscos ocupacionais identificados, garantindo a efetividade das medidas de prevenção e a conformidade com a legislação vigente.

12. Estimativa do Valor de Contratação

A estimativa do valor da contratação será realizada na fase de orçamentação, tendo em vista a complexidade técnica e operacional do objeto, que envolve a prestação de serviços integrados e contínuos de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), com múltiplos componentes interdependentes, tais como elaboração e gestão de programas (PGR e PCMSO), emissão de laudos técnicos (LTCAT, insalubridade, periculosidade, AET), realização de exames ocupacionais, avaliações ambientais e integração com o eSocial.

A definição precisa dos custos depende de variáveis técnicas que somente podem ser adequadamente dimensionadas mediante levantamento detalhado de mercado, incluindo a metodologia de execução adotada pelas empresas, estrutura operacional, composição de equipe técnica, tecnologias utilizadas, logística de atendimento e critérios de formação de preços. Ademais, aspectos como a definição de Grupos Homogêneos de Exposição (GHE), quantitativos de avaliações ambientais e dinâmica de execução dos programas ocupacionais influenciam diretamente na precificação, não sendo possível estabelecer estimativa fidedigna nesta etapa preliminar.

Dessa forma, a apuração do valor estimado será realizada posteriormente, na fase de orçamentação, por meio de pesquisa de preços nos termos da legislação vigente, assegurando a obtenção de valores compatíveis com o mercado, a adequada formação do preço de referência e o atendimento aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade da contratação, garantindo maior segurança técnica e jurídica ao processo.





13. Justificativa Para Parcelamento ou Não da Solução

13.1. Justificativa por ser ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Será adotado o sistema de registro de preços em razão da inexistência de quantitativo exato dos itens a serem requisitados e nem a sua periodicidade, o que irá depender da demanda

14. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para esta solução, não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

15. Alinhamento Entre a Contratação e o Planejamento

Não está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA, pelo motivo de que ele ainda não foi implantado no município. Porém, a contratação se faz necessária conforme as justificativas do item 4 deste ETP.

16. Resultados Pretendidos

16.1. Atender às necessidades obrigatórias de continuidade dos serviços que visam atender e assessorar as demandas do município na área de medicina do trabalho, saúde ocupacional e segurança do trabalho.

16.2. A contratação visa estender a todos os servidores as regulamentações concernentes à política de saúde, segurança e medicina do trabalho.

16.3. Destaca-se ainda, a aplicação de treinamentos e palestras sobre riscos ambientais, acidentes do trabalho, ou outro motivo imperioso à saúde e a segurança no trabalho.

17. Providências a Serem Adotadas

Não há.

18. Possíveis Impactos Ambientais

18.1. Não há impactos ambientais relevantes com essa contratação.

18.2. A contratada deverá atender aos critérios de qualidade ambiental, sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente.

18.3. A contratada deverá orientar e assegurar que os procedimentos relacionados à gestão de resíduos decorrentes das atividades de saúde ocupacional estejam em





conformidade com as normas de segurança e saúde no trabalho, especialmente quanto à identificação de riscos, segregação e acondicionamento adequado, não sendo de sua responsabilidade a coleta, transporte e destinação final, os quais serão realizados por empresa especializada contratada pelo Município.

19. Fonte de Recurso

Livre

20. Viabilidade da Contratação

20.1. Estes servidores, declaram **VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

20.2. Justificativa da Viabilidade: Tendo em vista a disponibilidade deste objeto/solução no mercado e que a continuidade desse tipo de serviço é obrigatória para cumprimento da legislação vigente junto aos empregados, tem-se que essa contratação é plenamente viável.



Nome: Alan Luiz Griebeler
CPF: ***.307.059-**

Assinado com certificado digital avançado

Alan Luiz Griebeler

Departamento de Contratações

Sandro José Morló

Técnico em Segurança do Trabalho

Coordenador do Núcleo de Saúde e Segurança do Trabalho - NSST

Documento assinado digitalmente em 23/04/2026 11:05:01
Acesse o endereço: <https://sl.cidade360.cloud/vjko> para
verificar a autenticidade.

